

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS  
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE  
Produção Didático-Pedagógica

2010

VOLUME I

FICHA PARA CATÁLOGO  
PRODUÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

Título: O NEGRO NO PÓS-ABOLIÇÃO (1879 – 1930)	
Autor	João Batista da Fonseca Junior
Escola de Atuação	Colégio Estadual Leonel Franca EFM
Município da escola	Paranavaí Pr.
Núcleo Regional de Educação	Paranavaí Pr.
Orientador	Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva
Instituição de Ensino Superior	UNESPAR Campus Paranavaí
Disciplina/Área (entrada no PDE)	História
Produção Didático-pedagógica	Unidade Didática
Relação Interdisciplinar	Não
Público Alvo	Alunos do 3º ano do Ensino Médio
Localização	Colégio Estadual Leonel Franca EFM, situada a Rua Dr. Sylvio Vidal C. L. Ribeiro, nº 1680, Jardim São Cristóvão Paranavaí Pr.
Apresentação	Apesar de a historiografia brasileira ter produzido diversos trabalhos para explicar as condições de vida do negro no período pós-abolição, ainda não são em número suficiente para sabemos sobre os destinos dos milhares de homens e mulheres que se libertaram após o 13 de maio de 1888. Assim, estudar o negro no pós-abolição pode nos fornecer elementos para que os alunos tenham uma compreensão mais abrangente deste período. Assim temos como objetivo compreender as condições econômicas, sociais, políticas e culturais

	<p>do negro no período pós-abolição (1879-1930), desenvolvendo uma Unidade Didática abordando a História do negro no período pós-abolição, tal como preconiza as Leis 10. 639/03 e 11.645/08 e também a Deliberação CEE-PR nº 04/06. Adotaremos como ponto de partida o Livro Didático Público de História [vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006], especialmente o capítulo referente às “Relações de trabalho” da Unidade Temática I: Trabalho Escravo e trabalho livre. Porém buscaremos abordar a temática escolhida a partir da análise de diferentes fontes documentais. Neste sentido, “a intenção do trabalho com documentos em sala de aula é de desenvolver a autonomia intelectual adequada, que permite ao aluno realizar análises críticas da sociedade por meio de uma consciência histórica” (Bittencourt, 2004).</p>
Palavras - chave	Pós-abolição; relações raciais; desigualdades sociais; resistência.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
EDUCACIONAL - PDE



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

PROFESSOR PDE: João Batista da Fonseca Junior

ÁREA PDE: História

NRE: Paranavaí

PROFESSOR ORIENTADOR: Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva

IES VINCULADA: UNESPAR – Campus de Paranavaí

ESCOLA DE IMPLEMENTAÇÃO: Colégio Estadual Leonel Franca EFM

PÚBLICO OBJETO DA INTERVENÇÃO: alunos do 3º ano do Ensino Médio

## Apresentação

Esta unidade temática foi elaborada a partir dos estudos desenvolvidos no Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná – PDE – Turma 2010.

O material foi estruturado a partir das leituras e reflexões dos autores da chamada nova história social da escravidão. Em comum, estes estudos têm como premissa a necessidade de destacar que, malgrado as injustiças derivadas do sistema escravista, os milhares de escravos africanos que aqui desembarcaram forçosamente e seus descendentes contribuíram significativamente para a prosperidade econômica e cultural do Brasil (REIS e SILVA: 1989).

Privilegiamos trabalhar com a História temática pelo fato de as Diretrizes Curriculares de História para o Ensino Médio enfatizarem que “a organização do trabalho pedagógico por meio de temas históricos possibilita ao professor ampliar a percepção dos estudantes sobre um determinado contexto histórico, sua ação e relações de distinção entre passado e presente” (Diretrizes Curriculares de História do estado do Paraná, 2008: p.76). Buscamos abordar a temática escolhida a partir da análise de diferentes fontes documentais – documentos manuscritos, impressos, imagéticos e audiovisuais -, nas quais as experiências dos afrodescendentes sejam evidenciadas de forma a destacá-los como sujeitos ativos do processo histórico, tal como preconiza as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e também a Deliberação CEE-PR nº 04/06. Neste sentido, “a intenção do trabalho com documentos em sala de aula é de desenvolver a autonomia intelectual adequada, que permite ao aluno realizar análises críticas da sociedade por meio de uma consciência histórica” (Bittencourt, 2004).

As ações pedagógicas serão desenvolvidas no Colégio E. Leonel Franca EFM, em Paranaíba-PR, junto aos alunos das turmas do 3º ano de História.

Acreditamos que a abordagem positiva da história do Brasil, resgatando as contribuições dos povos de matriz cultural africana e afrobrasileira para a formação da nossa sociedade, em muito contribuirá para a construção de práticas sociais que levem a construção da igualdade racial no nosso país.

# **1. O negro no Pós Abolição**

## **1.1. Introdução**

Nesta Unidade Didática estudaremos a situação dos negros no período pós-abolição, em especial no contexto da chamada Primeira República (1889-1930), visando compreender as condições de vida em que este importante segmento da população brasileira enfrentou após a longa batalha da abolição do cativeiro, em 1888. Buscaremos problematizar as ações e iniciativas do governo republicano em relação aos novos cidadãos brasileiros. Também procuraremos identificar como estes novos cidadãos compreenderam o regime que se inaugurava e como rearranjaram suas estratégias de sobrevivência após três séculos de escravidão.

Mas antes de recuarmos no tempo, é necessário que reflitamos sobre a nossa sociedade nos dias atuais, pois, é partido do presente, que podemos problematizarmos o nosso passado.

## **1.2. Como vivem os negros hoje?**

Iniciaremos nossa aventura analisando alguns dados oficiais produzidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a situação dos afrodescendentes em nosso país. O IBGE foi criado no ano de 1936 e desde então é órgão responsável pelos levantamentos demográficos e pesquisas estatísticas sobre os mais variados temas, tais como: habitantes, renda, faixa etária da população, educação, etc.

A cada 10 (dez) anos o IBGE realiza o Censo Brasil, tendo por objetivo contar a população brasileira e coletar dados sobre os cidadãos. É a partir das informações coletadas pelo IBGE que os governos federal, estadual e municipal formulam suas políticas públicas. Por isso, esses dados são de extrema importância e credibilidade.

Façamos a leitura do texto no quadro abaixo, onde são apresentados alguns importantes dados sobre a população afrodescendente, em 2010:

## **Taxas de analfabetismo de pretos e pardos são mais que o dobro da de brancos**

De 1999 a 2009, houve um crescimento da proporção das pessoas que se declaravam pretas (de 5,4% para 6,9%) ou pardas (de 40% para 44,2%), que agora em conjunto representam 51,1% da população. A situação de desigualdade por cor ou raça, porém, persiste.

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade era de 13,3% para a população de cor preta, de 13,4% para os pardos contra 5,9% dos brancos. Outro indicador importante é o analfabetismo funcional (pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos completos de estudo), que diminuiu de 29,4% em 1999 para 20,3% em 2009. Essa taxa, que para os brancos era de 15%, continua alta para pretos (25,4%) e pardos (25,7%).

A população branca de 15 anos ou mais tinha, em média, 8,4 anos de estudo em 2009, enquanto entre pretos e pardos, a média era 6,7 anos. Os patamares são superiores aos de 1999 para todos os grupos, mas o nível atingido tanto pelos pretos quanto pelos pardos ainda é inferior ao patamar de brancos em 1999 (7 anos de estudos).

Em 2009, 62,6% dos estudantes brancos de 18 a 24 anos cursavam o nível superior (adequado à idade), contra 28,2% de pretos e 31,8% de pardos. Em 1999 eram 33,4% entre os brancos contra 7,5% entre os pretos e 8% entre os pardos. Em relação à população de 25 anos ou mais com ensino superior concluído, houve crescimento na proporção de pretos (2,3% em 1999 para 4,7% em 2009) e pardos de (2,3% para 5,3%). No mesmo período, o percentual de brancos com diploma passou de 9,8% para 15%.

## **Rendimento-hora de pretos e pardos é menor do que dos brancos**

O rendimento de pretos ou pardos continuam inferiores aos de brancos, embora a diferença tenha diminuído nos últimos dez anos. O rendimento-hora de pretos e de pardos representava respectivamente 47% e 49,6% do rendimento-hora dos brancos em 1999, passando a 57,4% para cada um dos dois grupos em 2009. Os percentuais de rendimentos-hora de pretos e pardos em relação ao dos brancos, em 2009, eram, respectivamente, de 78,7% e 72,1% para a faixa até 4 anos de estudo, de 78,4% e 73% para 5 a 8 anos, de 72,6% e 75,8% para 9 a 11 anos, e de 69,8% e 73,8% para 12 anos ou mais.

Comparando-se o Índice de Gini para o rendimento mensal familiar **per capita**, verifica-se diminuição na desigualdade em proporção similar para brancos (de 0,572 para 0,537), pretos (de 0,502 para 0,471) e pardos (de 0,531 para 0,497). O índice vai de zero a um: quanto maior, mais desigual.

A desigualdade entre brancos, pretos e pardos se exprime também quando se observa o número de pessoas por posição na ocupação. Entre as pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, em 2009, eram empregadores 6,1% dos brancos contra 1,7% dos pretos e 2,8% dos pardos. Ao mesmo tempo, pretos e pardos eram, em maior proporção, empregados sem carteira (17,4% e 18,9%, respectivamente, contra 13,8% de brancos) e a maior parte dos empregados domésticos com carteira assinada (3,9% e 2,3% contra 1,9%) e sem carteira (8,3% e 6,8% contra 4,1%).

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>. Acessado em 12 de julho de 2011.

A partir da análise das informações contidas no texto responda as seguintes questões:

- 1) A população afrodescendente é maioria no Brasil?
- 2) Segundo o IBGE, a desigualdade de cor ou raça persiste em nosso país. Por quê? Justifique sua resposta.
- 3) Avaliando os dados sobre a escolarização, como os pardos e negros estão em relação aos brancos?
- 4) Em sua opinião, o que explica o fato de os pretos e pardos terem menor relação aos rendimentos inferiores aos dos brancos? Justifique sua resposta.
- 5) Pesquise sobre o índice de Gini e disserte sobre para que serve o mesmo.

### **1.3. Essa desigualdade pode ser explicada pelo estudo da nossa História**

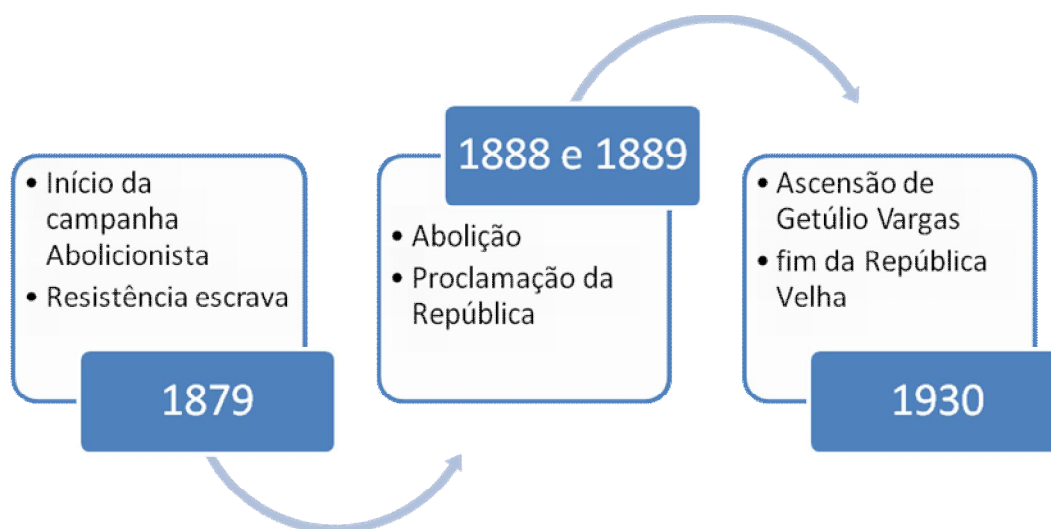
O conhecimento dos fatos históricos e sua análise crítica pode nos auxiliar a entender muitas questões atuais. Por isso, é muito importante que tenhamos o cuidado de investigarmos os assuntos que nos são apresentados. Tomemos como exemplo a questão dos africanos escravizados e seus descendentes. Por que, em alguns casos, eles estão nos piores índices das estatísticas governamentais? O que o passado tem a ver com isso?

Antes de respondermos a estas e outras questões, vamos situar nossa pesquisa no tempo.



## 1.4. Orientando-se no espaço e no tempo

### Linha do Tempo



Cronologia dos fatos políticos mais significativos:

- 1879 - Data símbolo do início da luta abolicionista no Brasil;
- 1888 - é assinada a Lei Áurea pela Princesa Isabel;
- 1889 - é proclamada a República no Brasil;
- 1891 - promulgada a primeira Constituição da República;
- 1893 - revolta federalista no Rio Grande do Sul;
- 1897 - é destruído o Arraial de Canudos;
- 1904 - o Rio de Janeiro é abalado pela Revolta da Vacina;
- 1907 - greves e manifestações operárias em São Paulo;
- 1917 - eclode em São Paulo uma greve de operários;
- 1922 - revolta dos 18 do Forte de Copacabana;
- 1930 - revolução que colocou Getúlio no poder.

Iniciaremos nosso estudo em 1879 porque este ano marca o avanço do movimento abolicionista em sua fase radical. Por sua vez, encerraremos as atividades no início da década de 1930 pelo fato deste ano marcar o final da Primeira República e o início da denominada Revolução de 1930, que tem Getúlio Vargas como principal expoente.

Atividade: Propor aos alunos que observem no organograma a sequência dos acontecimentos relacionados no período de 1879 a 1930, que tratam de questões econômicas, sociais e políticas e localizem no livro didático os textos oriundos destes eventos e façam uma leitura, se atentando para os que tiveram maiores influências sobre a vida dos afrodescendentes. Em

seguida, ainda em equipe, estes devem selecionar e comentar 5 (cinco) assuntos que considerou mais marcantes com relação à participação do afrodescendentes.

### 1.5. As lutas dos escravizados pelo fim da escravidão

Nas últimas décadas, muitas pesquisas tem buscado demonstrar que os escravos participaram ativamente da sociedade escravista. Eles estavam a par dos fatos políticos econômicos e sociais e lutaram com os meios que dispunham para se livrarem do cativeiro.

Segundo a historiadora Emília Viotti, o abolicionismo deu uma nova dimensão à revolta do escravo. Deu a ele uma nova percepção de si mesmo, ao mesmo tempo em que criou uma opinião pública mais favorável aos escravos. Conferiu ao protesto do escravo uma dignidade jamais reconhecida, dando a seu gesto um significado político novo. Concedeu legitimidade à sua revolta e negou legitimidade ao sistema escravista (2008: p.114).



“Enquanto no parlamento só se discursa e nada se resolve, os pretinhos raspam-se com toda a ligeireza. Os lavradores mal podem segurá-los.” *Revista Ilustrada*, ano 12, n.466, 30 de setembro de 1887, p.4.

Dessa forma, os escravos promoveram fugas em massa das propriedades, recorreram à Justiça utilizando as brechas da lei, promoveram revoltas e pressionaram seus senhores a conceder suas liberdades.

## 1.6. Que abolição foi feita?

A desejada liberdade pela qual o negro tanto ambicionou e lutou e defendida por inúmeros abolicionistas e parte da população, finalmente chegou. No entanto, junto com a abolição muitas das aspirações almejadas pelos recém-libertos, como o respeito, melhoria de vida, trabalho livre; enfim, sua inclusão na sociedade como um legítimo cidadão não tiveram respostas imediatas. Observe a charge abaixo:



Pela imagem, observamos o modo como o artista Angelo Agostini retrata, em maio de 1888, no nº 503 da *Revista Ilustrada*, os libertos festejando a tão sonhada liberdade. Os dizeres do texto indicam que os instrumentos outrora utilizados para castigar os escravos, tais como o “bacalhau” e o “tronco” agora só serviam para alimentar as fogueiras que os novos cidadãos faziam para comemorar a chegada de um novo tempo.

Mas será que ele veio no tempo em que eles esperavam? Façamos a leitura de mais um documento histórico:

“A festa, porém, durou pouco. A liberdade só de continuar pobre, indigente mesmo, não é verdadeira. Passemos a palavra a A., velha escrava de um canavial da grande Ilha de Itaparica, onde a copa verde das mangueiras vigia a entrada da Baía de Todos os Santos. Ela fala da alegria delirante que tomou conta do engenho. Durante três dias e três noites cantou-se, dançou-se, todo mundo se divertiu. Os sons dos atabaques encheram a ilha. No quarto dia, o feitor mandou reunir os ex-escravos. E os despediu. Deviam deixar imediatamente a fazenda. Ali não havia mais lugar para eles. Começa nesse instante uma vida de errância e sofrimento. Feitor já não há para alimenta-los, nem senhor para trata-los e vesti-los. Nos primeiros dias, os libertos da ilha lhes dão de comer. Gradualmente, porém eles são forçados a dispersar-se. Muitos atravessam a baía, refugiam-se na grande cidade, acrescentam-se a uma população marginal que tem todas as dificuldades do mundo para arranjar trabalho. A abolição não forneceu qualquer garantia de segurança econômica, nenhuma assistência especial a esses milhares de escravos libertados. Lei áurea, sem dúvida, mas que abandona à sua sorte o liberto, desorganiza os circuitos de trabalho em benefício dos homens livres e anula os ajustamentos sociais criados por três séculos de sistema escravista. Aqui, os escravos trocam sua condição de cativos dos campos pela de trabalhadores rurais assalariados, vivendo na miséria, explorados por lhes haverem dado na propriedade um pequeno trato de terra ao qual eles se agarram, mas que nunca puderam cuidar racionalmente. Lá escravos buscam trabalho na cidade, um emprego que ela nem sempre lhes pode oferecer: no nordeste, devido à crise econômica que atinge o mundo da cana-de-açúcar; em outras regiões, pela superabundância de mão-de-obra alimentada pela imigração européia e pelos trabalhadores do campo obrigados a vender suas terras mal exploradas. Os abolicionistas limitaram-se a libertar o escravo, sem pensar em sua reinserção econômica e social”.

Fonte: **Mattoso**, Kátia M. de Queiros. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense. 3ª edição. São Paulo, 1990, p. 239-240.

A partir da análise do depoimento de uma ex-escrava e das análises feitas pela historiadora Kátia Mattoso, responda as seguintes questões:

- a) Que garantias foram dadas aos libertos? Que destino os aguardava após a libertação?
  
- b) Faça um texto com algumas propostas, que a seu ver seriam viáveis, visando dar melhores condições para reinserção econômica e social do recém-liberto e como elas seriam viabilizadas.
  - c) Nas condições atuais, quais ações poderiam ser viabilizadas visando diminuir a distância entre ricos e pobres no Brasil?
  
  - d) Com relação aos programas de caráter social e educacional em vigência, como “leite das crianças”, “bolsa família” e “quotas raciais e sociais das Universidades”. Responda e comente as questões abaixo.
    - 1) Qual é o seu conhecimento sobre estes temas?
    - 2) Como a sociedade observa estas ações?
    - 3) De a sua opinião a respeito destes programas?

## 1.7. A República e os negros



Fonte: Quadro *A Pátria* (1905), do artista Pedro Bruno (1888-1949) -Museu-Histórico-RJ

Como vimos, a abolição foi feita sem indenização e sem o consentimento das elites agrárias. Tal fato provocou profundos descontentamentos entre os poderosos em relação ao regime monárquico, levando à proclamação da República um ano depois, em 15 de novembro de 1889. Assim, a Monarquia não sobreviveu para implantar medidas que visassem a cidadania plena dos ex-escravizados. Não foi feita a reforma agrária, não foi ofertada educação pública, etc. Enfim, a liberdade veio sem as garantias de uma vida digna. E recém fundada República, o que fez?

Analisando o início do pós abolição, observaremos que não foi muito promissor para o recém-liberto, que apesar de ganhar a liberdade ela não foi acompanhada de ações, quer seja governamental ou por parte dos seus ex-senhores ou até mesmo pelos abolicionistas, visando lhe proporcionar um recomeço de vida como homens livres.

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, "a República ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, tinham sem dúvida inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder. Mas, não vindo acompanhadas por expansão significativa da cidadania política, resultaram em entregar o governo mais diretamente nas mãos dos setores dominantes, tanto rurais quanto urbanos". In: Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.45.

## 1.8. Estratégias de luta e resistência

Assim como fizeram durante o regime escravista, os negros não deixaram de lutar para melhorar suas condições de vida. Dessa forma, a população negra procurou resistir às investidas dos seus antigos senhores pelo controle de sua força de trabalho. Também procurou preservar as terras nas quais cultivavam suas pequenas roças e criações de animais. Da mesma maneira, estes não pouparam esforços para preservar suas práticas culturais, tais como a capoeira e os cultos de matriz africana – que para a República eram expressões de atraso e incivilidade.

Como um bom exemplo de como os negros participaram ativamente das lutas sociais na República Velha, temos a Revolta da Chibata (1910). Liderados João Cândido, apelidado de o “almirante Negro”, dezenas de marinheiros, a maioria negos, demonstraram todo o seu descontentamento com os baixos soldos, a alimentação de má qualidade e, principalmente, os humilhantes castigos corporais.

Na foto ao lado, João Cândido lê o manifesto pelo qual os revoltosos pedem o fim dos castigos

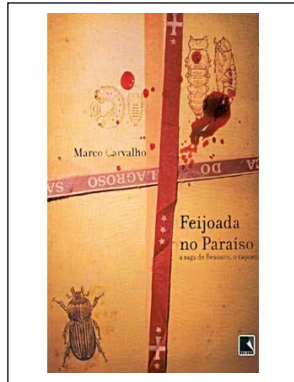


Fonte: Agência Estado

Por tudo isso, podemos afirmar que esta luta obteve muitos êxitos e enriqueceu a estrutura da nossa sociedade.

## 1.9. Atividade: A história vai ao cinema

Reúna a turma para uma sessão de cinema. Exiba o filme *Besouro*, baseado no livro *Feijoada no Paraíso*, do cartunista e publicitário Marco Carvalho.



Elabore um roteiro de questões para que os alunos, reunidos em grupos, descrevam e debatam suas percepções do filme e dos fatos históricos. Exemplo:

- Quem foi Besouro, herói da trama? Pesquise sobre a sua trajetória na internet.
- Como o filme aborda a vida dos descendentes de escravos após o 13 de maio? Em que condições de moradia e de trabalho estes aparecem?
- Que práticas culturais são retratadas como formas de resistência à opressão? Exemplifique mencionando cenas do filme onde elas aparecem.
- Os alunos também podem ser orientados a ler o livro e estabelecer relações com o filme. Podem discutir como o mesmo foi adaptado em roteiro cinematográfico, visualizando diferenças, semelhanças, etc. Nesse sentido, o professor deve trabalhar com a turma as peculiaridades de cada linguagem.



## **Considerações finais**

Como vimos no decorrer desta unidade, a abolição da escravidão não equacionou os problemas sociais do Brasil, haja vista que não houve uma política voltada à inclusão do recém-liberto na nova ordem que se inaugurava.. Assim, é de fundamental importância para o povo brasileiro ter o entendimento da forma nociva que foi submetido toda população negra, a qual, em sua grande maioria, ficou sem muitas oportunidades para conquistar a plena cidadania. Por isso, a sociedade brasileira ainda carrega uma enorme dívida com este que é o maior segmento da nossa população. E para que os afrodescendentes não continuem constando nos piores índices sociais é fundamental que o governo implemente políticas que venham a oportunizar a estes competir, em igualdade de condições, com os demais brasileiros.

## Referências:

- AZEVEDO, Célia M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites— Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ª edição, revista e ampliada. São Paulo. Editora Unesp, 2008.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- \_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vols. São Paulo, Ática, 1978.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870/1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- GIROUX A. *Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- HOBSBAWN, Eric. "O que os historiadores devem a Karl Marx". In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, Octavio. Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. *Estudos Avançados*. [Online]. 2004, vol.18, n.50, p. 6-20.
- \_\_\_\_\_. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.

MATTOS de Castro, Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 / Nova fronteira, 1998.

NABUCO, Joaquim, *O abolicionismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de História. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1995.

PARANÁ, Secretaria de Estado Da Educação. Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de História. Disponível em: [HTTP://www.diadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br). Acessado em 21 de agosto de 2010.

REIS, João J. e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. "O Pós-Abolição como Problema Histórico: Balanços e Perspectivas". *Topoi: Revista de História*, vol.5, nº 8, pp. 170-198.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Silva, *Caminhos e descaminhos da abolição: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (1850-1888)*. Tese de Doutorado. Curitiba, Pr: UFPR, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## **LIVROS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS**

AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo (Org.). *História: Ensino Médio*. 1 ed. São Paulo: Ampliada/Ática, 2007

MIUCCI, Carla; OLIVEIRA, Conceição; PAULA, Andrea de. *História em Projetos*. São Paulo: Ática, 2007.

## **FILMOGRAFIA:**

Besouro. Duração: 95 minutos (1 hora e 35 minutos). Gênero: Ação/Aventura.

Direção: João Daniel Tikhomirow. Ano: 2009.